

## **AS RELAÇÕES LUSO-AMERICANAS: UM GRANDE DESAFIO, ENORMES POTENCIALIDADES**

**João Luís Dias**

Aluno do Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal

[joaoluisdias@ufp.edu.pt](mailto:joaoluisdias@ufp.edu.pt)

**Carla Pinto Cardoso**

Professora Auxiliar

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal

[ccardoso@ufp.edu.pt](mailto:ccardoso@ufp.edu.pt)

**RESUMO**

As relações entre Portugal e uma das nações mais poderosas do mundo, os Estados Unidos da América, assumem uma especial importância no contexto das relações externas portuguesas. Contudo, este tema não tem merecido a atenção devida. Desta forma, o presente trabalho, sem deixar de fazer uma breve revisão do passado, refere-se ao essencial da actualidade das relações luso-americanas, nas áreas em que estas são mais pertinentes, com o objectivo de demonstrar a relevância do estudo das relações entre estes dois países.

**PALAVRAS-CHAVE**

Relações externas de Portugal, relações luso-americanas, diplomacia

**ABSTRACT**

The relations between Portugal and one of the world's most powerful nations, the United States of America, are very important to the Portuguese foreign relations. Despite this fact, the issue is not granted the attention it deserves. So this paper makes a brief summary of the past and refers essentially the current US-Portugal relations in the more pertinent fields, with the goal of demonstrating the relevance of studying this two countries' relations.

**KEYWORDS**

Foreign relations of Portugal, Portuguese-American relations, diplomacy

## INTRODUÇÃO

As relações entre Portugal e os Estados Unidos da América têm pouco mais de dois séculos, devido à juventude da nação americana. Porém, assumem uma importância fundamental no panorama diplomático nacional.

Depois do colapso da União Soviética, os Estados Unidos adoptaram o papel de única superpotência mundial e, actualmente, com base na sua superioridade económica e militar, a nação americana domina também as atenções diplomáticas mundiais.

Portugal sempre teve relações privilegiadas com Washington, baseadas na atlanticidade dos dois países, mas também por partilharem interesses comuns ao longo dos tempos. Prova disto é o que é referido no relatório da biblioteca do Congresso americano:

**The United States and Portugal traditionally considered each other friends and allies. These sentiments were reinforced by the large number of portuguese immigrants to the United States and the growing economic and political importance of the Portuguese community. (Vicente 78)**

Apesar disso, as relações luso-americanas não têm granjeado, como diz Jaime Gama, “um estudo sistemático com a profundidade que, em princípio, mereceria matéria de tão reconhecida importância”. (Magalhães 9)

Uma das razões para isso suceder pode ter a ver com a integração portuguesa na União Europeia, um actor internacional com uma grandeza bem mais comparável à dos Estados Unidos, o que fez com que ganhassem maior destaque as relações entre esta instituição e o gigante do outro lado do Atlântico, relegando o papel de Portugal para segundo plano.

Contudo, o fortalecer da ligação portuguesa com os Estados Unidos não representará a negação da Europa ou da União Europeia, porque, como diz, Rui Machete (Machete 48), uma relação privilegiada com os EUA “permite, a Portugal, ter uma outra capacidade negocial na Europa”. Também Jaime Gama defende esta posição, ao afirmar que “a integração de Portugal nas Comunidades Europeias deve significar não menos, mas cada vez melhor e mais exigente relacionamento com os Estados Unidos da América”. (Magalhães 12)

O objectivo deste trabalho é tentar clarificar as ligações de Portugal com os Estados Unidos, em várias matérias cruciais, para melhor se compreender qual o verdadeiro estado da situação das relações de Portugal com o gigante norte-americano. Este tema assume grande importância, particularmente no ano em que o presidente norte-americano, Barack Obama, visita Portugal.

### 1. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

A Guerra da Independência Americana teve início em 1775, quando os colonos se revoltaram contra os britânicos e declararam a independência dos Estados Unidos da América. Portugal foi dos poucos países a reconhecer, em 1783, a autonomia da jovem nação americana, ainda antes do Tratado de Paris que pôs fim à Revolução Americana (os outros foram Países Baixos e Espanha) (Melandri).

Em 1808, Thomas Jefferson, o terceiro presidente americano, deu as boas vindas ao continente americano ao Príncipe Regente e à corte portuguesa, que tinham fugido para o Brasil em consequência das invasões napoleónicas (Magalhães).

Portugal, que durante os primeiros anos da história dos Estados Unidos, desempenhava um papel relevante no comércio exportador americano por ser um grande importador dos cereais, apenas em 1816 teve o primeiro representante diplomático em Washington: o Abade José Correia da Serra. Porém, mais tarde, Correia da Serra abandona os EUA, na sequência de vários ataques de corsários americanos à marinha portuguesa.

Aquando da independência do Brasil, em 1822, os Estados Unidos não ficaram muito agradados com o facto de se instalar uma Monarquia na América, um “continente republicano”, nem com a ligação das coroas brasileira e portuguesa. Como tal, não reconheceram o título de Imperador do Brasil a D. João IV. Quando D. Miguel rompe a ligação com o Brasil, o governo americano fica agradado e reconhece o governo miguelista em Portugal, apesar dos ataques da imprensa americana ao absolutismo.

Em 1840, é finalmente conseguido o acordo de comércio, que há muito era perseguido, entre Portugal e os Estados Unidos. Contudo, com a chegada de Zachary Taylor à presidência dos Estados Unidos, as relações luso-americanas sofrem um rude golpe. Este retoma o assunto do “General Armstrong,” um navio corsário americano que tinha sido afundado por navios britânicos, em 1814, durante a guerra entre o Reino Unido e os Estados Unidos, no porto neutral da Horta, no Faial. Taylor, que pretende ser largamente compensado por Portugal, ameaça com a suspensão das relações diplomáticas entre os dois países e com outras represálias. Mas Taylor morreu subitamente e o seu sucessor, Fillmore, aceitou a proposta de indemnização portuguesa, tendo as relações luso-americanas regressado à normalidade. Terminava, assim,

**um incidente que poderia ter tido graves consequências nas relações entre Portugal e os Estados Unidos, provocados por uma imprudente promessa feita por um presidente a um particular antes de exercer essas funções. (Magalhães 37)**

Em 1861, dá-se à Guerra Civil Americana. Durante este conflito, que durou até 1865, Portugal colaborou com o governo da União, ao contrário das maiores potências europeias, que mantiveram a neutralidade, abrindo os portos aos navios do Norte, mas não aos corsários a soldo das forças sulistas (a Confederação não tinha marinha).

Por esta altura, as relações entre Portugal e os EUA são as melhores. Para isso, muito contribuiu a política de ligação mais estreita com os americanos por parte do Ministro dos Negócios Estrangeiros Andrade Corvo e o papel de mediador desempenhado pelos Estados Unidos num conflito entre Portugal e o Reino Unido, num diferendo sobre a ilha de Bolama, em que deram razão aos portugueses. Contudo, este período de boas relações terminou com a Conferência de Berlim (1884-1885), onde a posição americana em relação aos interesses portugueses nas questões do Congo e dos caminhos-de-ferro de Lourenço Marques provoca uma grave crise nas relações luso-americanas, que só é mitigada pela simpatia que o governo português nutre pela causa americana durante a guerra hispano-americana (1898).

A primeira década do século XX é fértil em pactos entre os dois países e são assinados seis acordos – três comerciais e três sobre arbitragem, naturalização e emigração – apesar da

denúncia portuguesa do acordo de 1840, na sequência da vaga proteccionista mundial no início do século.

A 29 de Junho de 1911, os EUA reconhecem a República Portuguesa – foram a primeira potência mundial a fazerem-no – e dá-se início a um novo período nas relações entre Portugal e os Estados Unidos, marcado por três momentos fundamentais: as duas guerras mundiais e a guerra colonial portuguesa.

Durante a Primeira Guerra Mundial, Portugal e os Estados Unidos são aliados na luta contra a Alemanha e Portugal cede aos EUA uma base naval nos Açores, para enfrentar a campanha submarina alemã no Atlântico.

Na II Guerra, Portugal manteve-se neutro durante todo o conflito, mas cedeu a base das Lajes aos Estados Unidos, por força do acordo luso-americano de Novembro de 1944. Após o final do conflito, a cedência das Lajes foi sendo renovada e, em 1951, dá-se o Acordo de Auxílio Mútuo para a Defesa e ainda o Acordo de Defesa entre os dois países.

Já a questão colonial provocou uma série de crises entre Lisboa e Washington, já que os americanos eram favoráveis à descolonização, enquanto Salazar recusava tal cenário. Quando John Kennedy tentou dissuadir Salazar da guerra colonial, deu-se, porventura, a maior clivagem de sempre entre os dois países. O presidente americano proibiu a venda de armamento americano a Portugal para utilização em África e Salazar, que nutria uma profunda antipatia pelos Estados Unidos, respondeu com o recurso à sua arma diplomática mais poderosa: a base das Lajes, cujos acordos de cedência passariam a ser firmados a curto prazo. Como diz Norrie MacQueen: “a atitude de Salazar para com os Estados Unidos durante o resto do tempo em que permaneceu no poder poderia ser considerada *gaulista*”. (MacQueen 77).

Contudo, em 1963 Kennedy é assassinado e o seu sucessor, Lyndon Johnson, não nutre o mesmo interesse pelas questões africanas, o que permite um desanuviar das tensões entre os dois países. Em 1968, Marcello Caetano substitui Salazar e institui uma política mais moderada, aproveitando a atitude menos agressiva do presidente americano, Richard Nixon, e as relações voltam a melhorar.

Em Abril de 1974 dá-se a Revolução portuguesa que derruba a ditadura marcelista. Porém, em plena Guerra-Fria, a perspectiva de se erguer um Estado comunista na Europa Ocidental, preocupa de sobremaneira os americanos, que passam a agir com grande cautela em relação a Portugal. Em consequência disso, o acordo das Lajes é renegociado em 1979, mas com poucas contrapartidas para Portugal, e só em 1983 é conseguido um acordo mais vantajoso para os interesses portugueses.

Mas a situação portuguesa estabilizou-se e o rumo seguido foi em direcção a uma democracia ocidental. Em 1986, Portugal adere à União Europeia e as relações com os EUA normalizaram-se e solidificaram-se.

Apesar de breve, esta perspectiva sobre a história das relações luso-americanas, incidindo, naturalmente, sobre a vertente política, diplomática e militar, oferece uma clara imagem da relevância desta ligação bilateral, entre dois países que partilham o Atlântico.

## 2. A EMIGRAÇÃO PORTUGUESA PARA OS ESTADOS UNIDOS

A presença portuguesa em solo americano remonta ao século XVI, quando o navegador João Rodrigues Cabrilho explorou a costa da Califórnia. Mais tarde, no século XVIII, um grupo significativo de judeus portugueses fixou-se em Nova Iorque, formando a primeira grande comunidade judaica em solo norte-americano. Porém, só no século seguinte é que se verifica uma emigração verdadeiramente expressiva de portugueses para o Novo Continente, maioritariamente oriundos dos arquipélagos da Madeira e, principalmente, dos Açores. Estes emigrantes portugueses dedicaram-se sobretudo a actividades piscatórias e agrícolas.

No século XX verificam-se dois momentos de grandes vagas de emigração portuguesa para a América. O primeiro foi no início do século, até 1929, altura em que, devido à Grande Depressão, os americanos levantaram grandes barreiras em relação à imigração. O segundo teve lugar após a erupção do Vulcão dos Capelinhos, no Faial, em 1957. Na sequência dessa catástrofe natural, os EUA mudaram a política de imigração em relação ao nosso país, o que permitiu que um grande número de cidadãos nacionais emigrasse para terras do Tio Sam (Vicente).

Calcula-se que, no período de maior emigração portuguesa para os Estados Unidos, entre 1820 e 1978, mais de 440 mil portugueses tenham migrado para o Novo Continente. Actualmente, o fluxo migratório de portugueses para os EUA apresenta números mais reduzidos, apesar de se manter uma corrente regular. Segundo as últimas estimativas do Departamento de Censos americano, de 2008, existirão mais de um milhão e 400 mil portugueses em solo norte-americano, espalhados por todos os 50 Estados do país, mas com destaque para a Califórnia, Massachusetts, Rhode Island e New Jersey (Vicente).

Agora que a presença de cidadãos nacionais nos EUA se encontra relativamente estabilizada seria conveniente, como diz Rui Machete, “considerar o estatuto das comunidades portuguesas nos Estados Unidos e a necessidade do seu *upgrading*”. (Machete 45). Isto porque estes emigrantes portugueses têm uma menor influência na vida política e social americana do que outras comunidades de dimensão semelhante. Assim, é desejável que estes portugueses adquiram a nacionalidade americana, se inscrevam nos recenseamentos e votem, de modo a terem uma voz activa e participativa no país que os acolheu. Além disso, a naturalização também é importante para permitir o acesso a benefícios sociais e para precaver a deportação em caso de infracção à lei – o sistema jurídico americano prevê a deportação de imigrantes legais que quebrem a lei. Foi com o objectivo de encorajar os portugueses nos EUA, que não tencionavam regressar a Portugal, a adquirirem a nacionalidade americana, que a Fundação Luso-Americana, com o apoio do governo português, criou o programa *Portuguese American Citizenship Project*.

Finalmente, existem também organizações de interesse político com relevância para a comunidade luso-americana e para Portugal. O *Portuguese-American Leadership Council of the United States* (PALCUS) é o único *lobby* político luso-americano que actua nos EUA a nível nacional. No interior do Congresso existem o *Portuguese Caucus*, na Casa dos Representantes, e o grupo *Friends of Portugal*, no Senado, dois grupos que associam, em cada uma das Câmaras, os políticos que têm entre os seus constituintes um grande número de luso-americanos.

### 3. OS NORTE-AMERICANOS EM PORTUGAL

Ao contrário do que acontece com a comunidade portuguesa nos Estados Unidos, a presença de cidadãos americanos no nosso país é diminuta. Segundo os dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, em 2008 existiam 2228 americanos com estatuto legal de residência em Portugal. Estes dividem-se entre o continente (1864), o arquipélago dos Açores (313) e da Madeira (51) (Instituto Nacional de Estatística).

Mas se a comunidade de norte-americanos a residir em Portugal é residual, o mesmo já não acontece em relação ao turismo, o que não é de admirar, visto que os Estados Unidos são o segundo país do mundo que mais gasta em turismo (mas também são o que mais recebem) e representam o oitavo maior país emissor de turistas para Portugal.

Nos últimos anos, o número de turistas americanos no nosso país tinha vindo a aumentar consistentemente, mas, em 2008, registou-se uma acentuada quebra, fruto, porventura, da crise económica que despoletou nesse ano. Actualmente, o cenário é, aparentemente de recuperação e, nos primeiros 11 meses de 2009, mais de 230 mil turistas americanos visitaram Portugal. O mesmo fenómeno observou-se com as receitas com os turistas provenientes dos Estados Unidos, que decresceram de mais de 300 mil euros em 2004, para 218 mil em 2008. De Janeiro a Novembro de 2009, assistiu-se a um tímido aumento de receitas. Todos estes dados estão ilustrados no quadro seguinte (AICEP).

**Figura 1.** Turismo dos EUA em Portugal

	2004	2005	2006	2007	2008	Var%a 04/08	2008 Jan/Nov	2009 Jan/Nov	Var%b 08/09
<b>Receitasc</b>	303.325	287.767	276.180	298.070	218.001	-7,0	220.864	220.779	0,0
<b>% Totald</b>	4,9	4,6	4,1	4,0	2,9	--	3,2	3,4	--
<b>Posiçãoe</b>	5	5	5	5	7	--	n.d.	6	--
<b>Hóspedesc</b>	232.483	239.650	258.076	274.275	240.173	1,2	230.927	231.206	0,1
<b>% Totald</b>	4,0	4,0	4,0	3,9	3,4	--	3,4	3,7	--
<b>Posiçãof</b>	7	7	7	7	8	--	8	8	--
<b>Dormidasc</b>	576.217	578.826	623.688	652.679	568.053	0,0	546.338	515.179	-5,7
<b>% Totald</b>	2,5	2,4	2,5	2,4	2,2	--	2,2	2,3	--
<b>Posiçãof</b>	9	9	8	8	10	--	10	10	--

Fontes: INE – Instituto Nacional de Estatística; Banco de Portugal

Unidades: Receitas (milhares de euros); Hóspedes e Dormidas (Unidades)

Notas: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2004-2008

(b) Taxa de variação homóloga

(c) Inclui apenas a hotelaria global

(d) Refere-se ao total de estrangeiros

(e) Posição enquanto mercado emissor, num conjunto de 55 mercados seleccionados

(f) Posição enquanto mercado emissor, num conjunto de 22 mercados seleccionados

n.d.- não disponível

#### 4. RELAÇÕES CULTURAIS E CIENTÍFICAS

A cultura é um dos aspectos mais importantes nas relações entre povos e assume uma especial importância no caso das relações luso-americanas, porque, como diz Rui Machete (Machete 25), “os Estados Unidos, goste-se ou não, são hoje o palco do mundo para muitas batalhas, incluindo as travadas no campo cultural”.

De entre as matérias culturais, destaca-se, obviamente, a questão da língua portuguesa, uma das mais faladas do mundo. Havendo dois milhões de pessoas a falarem português nos Estados Unidos, entre portugueses, brasileiros e cabo-verdianos, é necessário garantir que os seus descendentes não abandonem a língua dos seus pais. Para isso, reveste-se de especial importância a aposta do ensino do Português, ao nível do primário e do secundário. É nesse sentido que o governo português tem realizado esforços para introduzir o Português como segunda língua dos exames de admissão universitária SAT (*Scholastic Assessment Tests*). Também o Instituto Camões tem realizado um papel importante, dedicando cada vez maior atenção aos Estados Unidos.

É caricato perceber que o conhecimento da cultura americana, pela larga maioria dos portugueses, advém do que nos chega através das séries televisivas norte-americanas e dos filmes de Hollywood. Em Portugal, é muito escassa a compreensão da complexa realidade americana, seja ao nível da cultura, do ensino, da ciência, ou mesmo da política. Ainda pior é o conhecimento da cultura e da realidade portuguesa por parte dos americanos, sendo praticamente inexistente. Para mudar este facto, a Fundação Luso-Americana, fundada em 1985, tem trabalhado arduamente, através do incentivo à cooperação entre a sociedade civil americana e portuguesa.

No campo da educação, a Comissão Fullbright em Portugal tem contribuído para o intercâmbio de estudantes entre o nosso país e os Estados Unidos, através da atribuição de bolsas escolares. A presença de estudantes portugueses nos EUA começa a acentuar-se e a *Portuguese American Post-Graduate Society* conta já com cerca de 400 membros (Fullbright Portugal).

Já a cooperação técnica e científica entre os dois países, segundo Rui Machete (Machete 45), “tem progredido, mas ainda é relativamente diminuta”. Os Estados Unidos oferecem enormes recursos e possibilidades nestes domínios, fruto do seu vasto complexo universitário e de institutos de investigação, que poderiam ser melhor aproveitados por Portugal. Da mesma forma, também os norte-americanos teriam a ganhar com uma maior aposta na cooperação luso-americana, pois o nosso país também possui alguns centros de investigação de grande qualidade que podem permitir uma experiência europeia de qualidade aos nossos vizinhos do outro lado do Atlântico.

#### 5. RELAÇÕES DE DEFESA E SEGURANÇA

As relações luso-americanas nos campos da Defesa e da Segurança advêm, principalmente, da cooperação no âmbito da NATO e da cedência portuguesa da base das Lajes aos norte-americanos.

Portugal e os Estados Unidos foram membros fundadores da Organização do Tratado do Atlântico Norte, uma organização internacional de Defesa constituída em 1949, no contexto da Guerra-fria, para fazer face ao poderio militar do bloco soviético. Actualmente, apesar do fim da ameaça da URSS, a NATO ainda desempenha um papel de relevo nas relações internacionais.

No contexto da participação portuguesa na NATO, Portugal tem cooperado com os Estados Unidos em vários palcos de conflitos internacionais, como nos Balcãs, no Iraque ou no Afeganistão. Actualmente, Portugal participa com efectivos militares no Kosovo (295 militares) e no Afeganistão (167) (Estado-maior General das Forças Armadas). Outro ponto de contacto crucial entre os dois países tem sido, desde a II Guerra Mundial, a parceria luso-americana em relação à base das Lajes. Este essencial ponto estratégico é mesmo conhecido, entre os americanos, como o “porta-aviões” do Atlântico. A base dos Açores proporciona às Forças Armadas dos Estados Unidos o apoio às suas forças colocadas em diversos pontos, como no Médio Oriente, na Ásia ou em África. Ao longo dos anos, sucessivos acordos têm sido firmados entre as duas nações, permitindo a utilização americana da base, em troca de contrapartidas para Portugal. Recentemente, esta parceria foi alvo de críticas, em Portugal, devido à polémica relacionada com a escala nas Lajes de voos da CIA em direcção à prisão de Guantánamo. Apesar disso, a relação luso-americana no que diz respeito à base açoriana não parece ter sido afectada.

Na actualidade, e na ausência de grandes conflitos, o cenário internacional permite que Portugal e os Estados Unidos se dediquem a novas matérias, que proporcionem uma maior e mais apertada cooperação. O continente africano pode, nessa óptica, representar uma forma de Portugal recuperar algum protagonismo, já que os Estados Unidos, nos últimos anos, têm aumentado o seu interesse por África e Portugal tem procurado desenvolver uma maior cooperação luso-americana e um maior empenhamento da NATO em África (Machete).

Ainda em relação às questões de Defesa e Segurança, e de Portugal mantém com os Estados Unidos da América um Acordo de Cooperação e Defesa, assinado em 2005, em Lisboa, e um **Acordo sobre Segurança de Informações Militares, celebrado em 1982, também em Lisboa** (Gabinete de Documentação e Direito Comparado).

## 6. RELAÇÕES COMERCIAIS E ECONÓMICAS

Os fluxos comerciais entre Portugal e os Estados Unidos sempre tiveram uma grande importância para o nosso país. Contudo, essa relevância tem vindo a diminuir, nomeadamente ao nível das exportações.

Em 2007, os EUA assumiam-se como o nosso maior parceiro comercial fora da União Europeia, ocupando a 5ª posição no ranking de clientes, mas, em 2009, tinham descido para o 9º lugar. As exportações portuguesas para os EUA representavam 6,1% do total das exportações nacionais em 2006, enquanto que, em 2008, esse valor desceu para os 3,5%. Em relação às importações, o panorama não mudou tão substancialmente. Ainda assim, desde 2004, o peso das importações provenientes dos Estados Unidos também diminuiu, especialmente em 2006, assistindo-se, a partir de 2007, a uma tímida retoma, como se verifica no quadro seguinte (AICEP).

**Figura 2.** Importância dos EUA nos fluxos comerciais de Portugal

		2004	2005	2006	2007	2008
<b>Como cliente</b>	Posição	5ª	5ª	5ª	5ª	7ª
	%	5,8	5,4	6,1	4,8	3,5
<b>Como fornecedor</b>	Posição	8ª	9ª	10ª	11ª	11ª
	%	2,3	2,2	1,5	1,7	1,7

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística

Já para a dimensão americana, as relações comerciais com Portugal são relativamente pequenas. Segundo o Departamento de Estado norte-americano, em 2008 os Estados Unidos exportaram bens para Portugal no valor de 2,6 biliões de dólares, enquanto as importações representaram cerca 2,4 biliões (US State Department).

O governo português tem reunido esforços para aumentar o impacto das exportações de novas tecnologias e serviços, mantendo ainda os produtos que, tradicionalmente, sempre exportou, como os têxteis e o calçado. No sentido inverso, as empresas americanas desempenham no nosso país um papel significativo nos sectores farmacêuticos, de informática e de retalho. Por outro lado, a indústria automóvel norte-americana tem vindo, nos últimos anos, a retirar a sua presença em solo português.

A nível económico, importa, ainda, apontar a grande relevância que as remessas dos emigrantes portugueses no estrangeiro assumem para as finanças do país. Porém, nos últimos oito anos, estes envios financeiros decresceram cerca de 33%. Em 2008, segundo o Banco de Portugal, as remessas provenientes dos Estados Unidos foram de 171.462 milhões de euros e representaram 6,9% do total. Estes valores fizeram da comunidade portuguesa nos EUA a terceira mais importante a nível mundial (apenas ultrapassada pelas comunidades em França e na Suíça) e a maior contribuidora fora do espaço europeu.

## CONCLUSÃO

Identificadas as várias dimensões das relações luso-americanas, ficam mais perceptíveis as razões que tornam tão fundamental uma ligação mais alargada, mais dinâmica e mais próxima entre Portugal e os Estados Unidos da América. Ficam também evidentes os interesses portugueses nos Estados Unidos, que são extremamente importantes e merecem um maior estudo e um maior destaque.

Portugal também possui algumas “cartas na manga” para conseguir contrabalançar o enorme poderio americano. A base das Lajes é o trunfo habitual, mas actualmente, dado o interesse revelado pelos Estados Unidos nas nações emergentes do Brasil e de Angola, o nosso país pode valer-se das relações de privilégio com esses países para se aproximar dos EUA e ser visto por Washington como um actor internacional de relevo, com quem vale a pena construir uma relação sólida de cooperação.

Portugal tem muito a ganhar com o estreitar de relações com o gigante do outro lado do Atlântico. Como país pequeno que é Portugal, o estabelecimento de relações de excelência com um tão poderoso actor internacional seria importante para aumentar a capacidade portuguesa de influenciar.

Assim, é no melhor interesse do país apostar nas relações luso-americanas, aproveitando-se das possibilidades que a nossa costa atlântica nos proporciona, mas sem nunca negligenciar a nossa posição europeísta que é, sem dúvida, a realidade a que pertencemos.

## BIBLIOGRAFIA

*Estado Maior General das Forças Armadas*. 2009. Internet. 17 Mar. 2010 <<http://www.emgfa.pt>>.

*Fullbright Portugal*. 2010. Internet. 17 Mar. 2010 <<http://www.fulbright.pt>>.

*Gabinete de Documentação e Direito Comparado*. 24 de Agosto de 2009. Internet. 17 Mar. 2010 <<http://www.gddc.pt>>.

*Instituto Nacional de Estatística*. Internet. 17 Mar. 2010 <<http://www.ine.pt>>.

Machete, R. *Sobre as relações Portugal Estados Unidos*. FLAD, 2005. Internet. 17 Mar. 2010 <<http://www.flad.pt/documentos/1215708814D0jDU7nb1Bv87VV3.pdf>>.

MacQueen, N. *Descolonização da África portuguesa*. Mem Martins: Inquérito, 1998.

Magalhães, José Calvet de, et al. *Paradoxo atlântico. Diagnóstico das relações luso americanas*. Lisboa: Fim de Século, 1993.

Melandri, Pierre. *História dos Estados Unidos desde 1865*. Lisboa: Edições 70, 2002.

*Relações Económicas Portugal-EUA*. AICEP, Março de 2010. Internet. 23 Mar. 2010 <<http://alencastre.ipapercms.dk/AICEP/Documentos/EUARelaesEconmicascomPortugal>>.

*US State Department*. Internet. 17 Mar. 2010 <<http://www.state.gov>>.

Vicente, António L. *Os portugueses nos Estados Unidos da América*. FLAD, 1998. Internet. 17 Mar. 2010 <<http://www.flad.pt/documentos/1246008736F8tDo0qe2Jk54DY1.pdf>>.